

**Sustentabilidade e Transparência Organizacional:
Influência da Qualidade da auditoria na Responsabilidade Socioambiental nas
Empresas da B3**

Simone Machado Deon
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO
simonem@unochapeco.edu.br

Sady Mazzioni
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO
sady@unochapeco.edu.br

Daniela Di Domenico
Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECO
didomenico@unochapeco.edu.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo verificar a influência da qualidade da auditoria na responsabilidade socioambiental nas empresas da B3. Escolheu-se como empresas socialmente responsáveis aquelas que constavam do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Em outras palavras, busca-se observar se é possível verificar alguma influência da qualidade da auditoria na responsabilidade socioambiental nas empresas da B3. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo e as técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. A coleta de dados ocorreu através da verificação das informações disponíveis em seus websites, através nos Relatórios Integrados Anuais divulgados nos respectivos websites das empresas que compõe a amostra de 445 companhias, no período de 2012 a 2016, e no sitio da. Os resultados possibilitaram refletir sobre o tema, seja nos aspectos teóricos, seja nas questões práticas e também sobre a necessidade e a importância da qualidade da auditoria e da sustentabilidade nas organizações. Os achados são significativos, porém apresentam-se de forma tímida, em virtude do assunto ser recente e estar em constantes alterações.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Transparência Organizacional; Auditoria.

1 Introdução

Durante muito tempo, o desenvolvimento e o aumento da qualidade de vida foram relacionados com crescimento econômico, baseado na produção e o consequente consumo desenfreado (MOTA; MAZZA; OLIVEIRA, 2013). Diante da inviabilidade de manter as políticas econômicas causadoras de danos ambientais irreversíveis (TACHIZAWA, 2010), surge um novo modelo de gestão nas empresas que traz consigo o conceito de sustentabilidade, no que se refere para garantir o bem estar das pessoas no momento presente sem prejudicar as gerações futuras (TINOCO, 2000) e por tanto, reconhece que os recursos naturais são finitos (OLIVEIRA, 2006).

A responsabilidade social ocorre quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos internos e externos, com visão para os benefícios da coletividade.

Constantemente utilizada nos dias atuais, a palavra sustentabilidade, normalmente, é relacionada ao meio ambiente, à natureza propriamente dita, porém, de forma geral, engloba aspectos ambientais, sociais e econômicos. Em sua essência, está a correlação integrada destes três itens em busca de um equilíbrio contínuo ao longo do tempo (NOGUEIRA; FARIA, 2012).

As questões relacionadas ao meio ambiente e aos impactos negativos causados pelas atividades das empresas passaram a ser um tema recorrente nas mesas de negociações e em fóruns mundiais que tratam do desenvolvimento econômico (OLIVEIRA et al., 2014). As empresas publicamente como sustentáveis, visando a aproximação com seus *stakeholders* (MEINERT, 2008).

Fatores relacionados com a responsabilidade empresarial, juntamente com as questões ecológicas, podem contribuir, com que as empresas adotem uma postura com o atendimento mais proativo em harmonia com as expectativas e desejos de seus clientes e todos os envolvidos com a organização. A sustentabilidade empresarial representa uma exigência cada vez mais percebida no mundo de hoje, onde, as organizações devem estar preparadas no atendimento de seus produtos e serviços, de forma ágil para os seus mais variados clientes, somando-se a este processo as preocupações ambientais (RAZZOLINI FILHO, BERTÉ, 2009).

Seja sob a forma de balanços sociais, de relatórios socioambientais, ou ainda de relatórios de sustentabilidade empresariais, o fato é que há no Brasil um número cada vez maior de empresas que divulgam publicamente suas ações no campo social e ambiental, e o diferencial dos relatórios de sustentabilidade é que essa publicação não se prende apenas a apresentar resultados financeiros, mas considera ainda dimensões sociais e ambientais (MARQUES; BRONDANI, 2015).

A divulgação de informações sociais e ambientais, por meio dos Relatórios de Sustentabilidade, surgem com o objetivo não meramente de oferecer informação econômica e financeira, mas apresentar dados com uma metodologia que estabeleça diretrizes e critérios que permitem, por exemplo, realizar a comparabilidade de indicadores não financeiros entre empresas.

Para tanto, se faz necessário o engajamento da sociedade civil organizada, governos e empresas no exercício da responsabilidade compartilhada, mediante maior transparência e disponibilidade de informações sobre ações e atividades empreendidas e entre os organismos institucionais, a fim de criar bases sólidas para um desenvolvimento local sustentável (SOUZA; ANDRADE; CÂNDIDO, 2008).

Nesse contexto, surge a figura do auditor, pois todas as demonstrações e relatórios passam pelo seu grifo, o qual afirma a veracidade das informações divulgadas pelas empresas. O auditor quando da emissão de parecer, deve considerar como um conjunto de procedimentos técnicos que devem observar aos princípios e normas brasileiras de contabilidade (SOARES JUNIOR et al., 2017)

As empresas auditadas por auditorias independentes, principalmente pelas *big four*, aparentemente são mais confiáveis no mercado financeiro. As empresas têm deveres em relação às partes interessadas, incluindo a responsabilidade por informações transparentes, da mesma forma, as partes interessadas têm o direito de receber informações corretas para tomar decisões sobre a organização, produto ou serviço e serem protegidas contra propaganda enganosa, pois podem não ter discernimento suficiente para reconhecer que estão sendo ludibriadas (MARTINI JR; DA SILVA; MATTOS, 2014).

Neste contexto esta pesquisa tem o objetivo de verificar a influência da qualidade da auditoria na responsabilidade socioambiental nas empresas da B3, respondendo a questão de pesquisa: Existe influência da qualidade da auditoria na responsabilidade socioambiental nas companhias listadas na B3?

Justifica-se o estudo em virtude das atuais exigências legais e sociais referentes as demonstrações e relatórios das empresas, principalmente em relação ao tema ser abrangente no mundo acadêmico e corporativo, sem esquecermos das infinitas consequências negativas e/ou positivas acerca da responsabilidade socioambiental.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, apresenta-se a revisão da literatura que se julga relevante para o entendimento do presente estudo, compreendendo os seguintes temas: Sustentabilidade, Transparência Organizacional e Auditoria.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é, provavelmente, uma das expressões mais mencionadas na atualidade em virtude da escassez dos recursos naturais necessários para a nossa vida e para a vida das empresas. À contabilidade foi atribuída a obrigação de evidenciar os demonstrativos contábeis, sendo estes demonstrativos analisados pelos gestores, realizando o planejamento para superar, anular ou diminuir os custos das degradações, causadas no decorrer das atividades das entidades possibilitando ações para a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente. (FERREIRA, 2003).

A expressão Sustentabilidade vem em uma constante evolução, ganhando uma interpretação bastante ampla no meio econômico, além de contribuir para que as gerações futuras tenham os recursos naturais que necessitem para sobreviver. Nesse sentido, as empresas devem atuar garantindo a preservação ambiental, justa distribuição das riquezas ou a equidade social e eficiência econômica (NAIME; BAUER, 2012).

A sustentabilidade é um movimento da sociedade que valoriza a discussão e adoção dos critérios sugeridos pelo processo de desenvolvimento sustentável. Em vários campos, entre eles o econômico, este movimento é visto como aquele que pode mudar o comportamento da sociedade e de suas organizações em direção à ética e a responsabilidade (SILVA; MAZZIONI; FERNANDES, 2015).

A sustentabilidade refere-se ao impacto das ações presentes sobre os ecossistemas, as sociedades e os ambientes do futuro, em que tais preocupações devem ser refletidas no

planejamento estratégico de empresas sustentáveis (SILVA; MAZZIONI; FERNANDES, 2015).

A preocupação das empresas em demonstrar aos seus usuários seus papéis sustentáveis faz com que elas busquem formas alternativas para evidenciar suas ações. Os avanços das boas práticas empresariais e seus benefícios para o desenvolvimento de comunidades são cada vez mais enfatizados pelas companhias em diversos países (CALIXTO, 2011); (BAZANI; LEAL, 2014).

A sustentabilidade corporativa contempla as necessidades dos *stakeholders* diretos e indiretos das organizações mantendo suas capacidades econômica, social e ambiental para não comprometer as necessidades de seus futuros *stakeholders*. Na atualidade, preservar apenas a sustentabilidade econômica da empresa traz resultados a curto prazo, porém a sustentabilidade de longo prazo requer o pensamento nas três dimensões já citadas do *Tripple Botton Line* (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

O *Triple Bottom Line*, também chamado em português de Tripé da Sustentabilidade ou também conhecido como os 3Ps (people, planet e profit), traduz o conceito de que a sustentabilidade precisa abranger aspectos ambientais, econômicos e sociais de forma integrada, para que os resultados de uma empresa sejam avaliados pelo mercado e pela sociedade de forma completa. Estas três dimensões devem interagir uma com as outras, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável (gente ou capital humano, planeta ou capital natural e benefícios econômicos), significado dos três P's da sustentabilidade: **Planet (Planeta)**: corresponde aos aspectos ambientais; **Profit (Lucro)**: refere-se ao lucro das organizações, ou seja, seus resultados econômicos; **People (Pessoas)**: trata dos benefícios gerados para a sociedade em geral, as pessoas (ELKINGTON, 1997).

Nos últimos anos, foram criados vários indicadores para medir e auxiliar as empresas a gerenciar os impactos e riscos sociais e ambientais de suas atividades. Os mais disseminados e utilizados pelas organizações são: o Balanço Social Ibase, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Empresarial, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o Relatório de Sustentabilidade Dow Jones (Dow Jones Sustainability Index World (DJSI)) e o *Global Reporting Initiative* (GRI) (MARQUES; BRONDANI, 2015).

A busca por uma gestão socialmente responsável e por práticas sustentáveis é uma tendência deste século, uma vez que os recursos naturais estão cada vez mais escassos e as catástrofes ocasionadas pela exploração desses recursos se tornam cada dia mais frequentes. Entre os indicadores mais utilizados para medir e monitorar os impactos das empresas em relação aos ambientes social, econômico e ambiental, o chamado Tripé da Sustentabilidade, estão os indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI), que orientam as organizações na elaboração e publicação de Relatórios de Sustentabilidade. Além de ser um instrumento de gestão, os indicadores auxiliam na transparência e na prestação das contas de grandes empresas (MARQUES; BRONDANI, 2015).

Os indicadores de desempenho, para mensurar o desenvolvimento sustentável, necessitam de informações quantitativas e qualitativas que abordem ou mensurem resultados relacionados à empresa e que ainda sejam comparáveis e demonstrem alterações ao longo do tempo. Há diversos indicadores de sustentabilidade que estão institucionalizados no mundo e no Brasil (GRI, 2015).

No entanto, embora existam vários indicadores que auxiliem as empresas a medir e gerenciar o impacto de suas ações, o caminho que leva ao relato da sustentabilidade não se resume apenas na escolha de um dos modelos. Ao decidir pela publicação de indicadores de

sustentabilidade, é importante que a empresa já tenha disseminado em sua gestão as práticas da Governança Corporativa, da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade, pois a publicação de um Relatório de Sustentabilidade será o retrato dessas ações (MARQUES; BRONDANI, 2015).

A contabilidade possibilita a evidenciação das práticas de ações de responsabilidade social, apresentadas nas informações do balanço social, sendo este um demonstrativo que evidencia informações de caráter econômico, financeiro, social e ambiental, atendendo aos diferentes interesses e grupos de usuários (MAZZIONI; DI DOMENICO; ZANIN, 2010).

Nesse sentido, os relatórios de sustentabilidade são uma importante ferramenta de comunicação e de prestação de contas à sociedade, e, como instrumento de gestão, permitem implantar processos de melhoria contínua, metas e análises de desempenho das atividades institucionais, apresentando de forma clara os indicadores de sustentabilidade em um retrato atual da empresa (MARQUES; BRONDANI, 2015).

Outro ponto relevante a ser levantado nessa discussão de comportamento ético e socialmente responsável é o fato de que as questões sociais podem ser enfrentadas como resultado de motivações egoístas ou altruísticas. A motivação egoísta é aquela onde o autor da ação é levado por algum interesse individual, percebido ou não, enquanto que a motivação altruística é aquela que surge em função de uma percepção de que um desequilíbrio social precisa ser corrigido, por ser injusto. Nessa segunda concepção, não há nenhum interesse subliminar, trata-se de fazer o certo por considerá-lo ser certo (OLIVEIRA, 2008).

Contudo, o ideal de um consumo consciente, de uma convivência saudável com o meio ambiente enfrenta um paradigma das organizações, em especial, das empresas, a falta de transparência. Parcerias efetivas e de longo prazo serão cruciais durante a transição da sustentabilidade.

2.2 TRANSPARÊNCIA ORGANIZACIONAL

A divulgação/publicação das ações de Responsabilidade Socioambiental é uma forma eficaz de as empresas se legitimarem, uma vez que a legitimidade social é concedida às organizações a partir do momento em que suas crenças e valores se alinham ao conjunto de crenças e valores que a sociedade entende como correto (CZESNAT; MACHADO, 2010).

As empresas não estão se preocupando em divulgar somente o que está sendo exigido pelos órgãos correspondentes, estão evidenciando informações que permitem melhor relacionamento com os *stakeholders*, procurando principalmente manter os investidores já existentes e conquistar novos (ALMEIDA-SANTOS et al., 2012).

As informações divulgadas deixam de ser somente financeiras e econômicas e passam a ser também sociais e ambientais. A evidenciação de informações ambientais, também conhecida como green reporting, diferencia-se da evidenciação focada nas informações de natureza econômico-financeira, no entanto sua divulgação é muito importante uma vez que os eventos ambientais podem impactar também na saúde financeira e na saúde econômica da empresa (por exemplo: multas e passivos ambientais, investimentos, etc.) (ROVER et al., 2008).

A divulgação, quando evidenciado um bom ou um mau desempenho ambiental, pode ter implicações em medidas de desempenho econômico financeiro ou, até mesmo, no valor da empresa, destacando que a informação contábil ambiental é relevante (BRAGA; SALOTTI, 2008).

Mudanças nas conjunturas social, econômica e política, na medida do possível, contribuem para que a divulgação das informações contábeis pelas organizações deva se adequar a elas, não tratando, portanto, as demonstrações contábeis especificamente de sua finalidade interna de gerenciamento. Diversos são os potenciais usuários das informações divulgadas pelas empresas e muitos têm surgido devido ao desenvolvimento econômico da sociedade (SANTOS et al., 2010).

No sentido de tornar factível a implementação da transparência, é necessário dispor de abordagens que ajudem os gestores a melhor entender este conceito, a planejar a implantação da transparência como um projeto de caráter evolutivo e a avaliar se a implantação alcança os objetivos almejados (CAPPELLI et al., 2013).

Transparência tem sido uma demanda das organizações (WEILD; GRAHAM; FUNG, 2013). Fornecer transparência à organização envolve permitir ou melhorar a visão sobre as informações de uma organização ao dar oportunidade de conhecimento sobre a mesma, reduzir a possibilidade de omissão entre as informações, possibilitar o controle sobre os produtos e serviços prestados, facilitar a investigação e aumentar a confiança entre as organizações e a sociedade (ARAÚJO; CAPELLI; LEITE, 2010).

O conceito de transparência organizacional, é definido como o conjunto de aspectos que sugerem a existência de políticas que permitem fornecer aos interessados informações segundo características gerais de acesso, uso, qualidade, entendimento e auditabilidade (CAPPELLI, 2009).

Ao fornecer transparência dos seus processos, a organização está possibilitando o conhecimento sobre as atividades executadas, os produtos gerados, as responsabilidades de seus funcionários, as regras que regem a organização, entre outras informações. No caso de organizações públicas essa iniciativa facilitará ao cidadão conhecer melhor serviço prestado, diminuindo o entendimento incorreto e melhorando a confiança no serviço. Em um passo posterior com a disponibilização destas informações, os cidadãos terão dados suficientes, para, caso queiram, discutir melhorias e problemas sobre o processo (DIIRR; ARAUJO; CAPPELLI, 2011).

As organizações têm sido cobradas na sua capacidade de oferecer transparência sobre seu funcionamento, desempenho e resultados. A transparência nas organizações, como uma das dimensões da governança corporativa, tem um papel fundamental na gestão sustentável das organizações, ligada às preocupações das organizações com a responsabilidade social.

Assim, muitas organizações passaram a atribuir um papel de destaque a estas questões, em parte, motivadas por pressões da sociedade e dos mercados. A questão da transparência nas organizações surge também no contexto de visibilidade para o mercado e para a sociedade, como base para uma postura socialmente responsável. Apresenta-se como instrumento de gestão, embora a questão conceitual da transparência ainda deva ser mais aprofundada e coerentemente associada a outros fatores como o processo de comunicação intra e inter-organizacional, a questão do poder da informação, a postura ética da organização e o combate à corrupção (MARQUES; BRONDANI, 2015).

Portanto, cabe às organizações disponibilizarem resultados e relatórios com evidências coerentes de práticas e procedimentos que garantam resultados transparentes das atividades econômicas, apresentando medidas satisfatórias de desempenho econômico combinadas com resultados aceitáveis de práticas socioambientais (SAMPAIO et al., 2012).

2.3 AUDITORIA

A auditoria é um processo que possui como objetivo verificar a confiabilidade de todos os sistemas implantados em uma organização a partir da utilização de procedimentos técnicos que visam à emissão de relatório sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente à legislação específica (BESSA, 2011).

Uma empresa é cercada por um conjunto de contratos com diferentes arranjos contratuais, criando incentivos a um comportamento oportunista por parte dos agentes. Neste sentido, a auditoria destaca-se por ser capaz de reduzir os custos de agência, desde que as disposições contratuais se demonstrem eficientes e capazes de suavizar estes custos por meio de atividades de monitoramento exercidas pelos auditores (WATTS; ZIMMERMAN, 1983).

Uma auditoria alcançará seus objetivos no momento em que conseguir reduzir os custos de comportamento oportunista, a partir da identificação e exposição das rupturas contratuais identificadas (LOPES; IUDÍCIBUS, 2004).

No mesmo sentido, também reforça a ideia que uma auditoria deve ter como uma das suas características a redução dos custos do comportamento oportunista à medida que as informações das rupturas contratuais são identificadas, caracterizando assim a independência profissional. Com isso, a probabilidade de um auditor informar uma desconformidade contratual vai depender de ele descobrir a desconformidade existente e também dele informar o fator da desconformidade descoberta, proporcionando assim a percepção do mercado sobre o auditor independente (BRAUNBECK, 2010).

O auditor independente deve avaliar previamente os controles internos da empresa auditada verificando o seu nível de confiabilidade a fim de definir a natureza, a extensão e a profundidade dos procedimentos a serem realizados no exercício de sua atividade, caso o auditor não obtenha evidências e dados suficientes para emitir o relatório com os procedimentos determinados previamente, deve estendê-los até obter os elementos comprobatórios necessários para embasar sua opinião a respeito das demonstrações financeiras da entidade auditada (BRANDT, 2011).

As atividades desenvolvidas pelos auditores independentes são entendidas como essenciais para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais, tendo em vista o seu papel de emitir opinião sobre as informações contábeis, contribuindo para um ambiente de negócios que seja caracterizado por maior confiança e credibilidade (ZAGONOV, 2011).

A auditoria independente é uma das responsáveis pela redução da assimetria informacional entre os usuários da informação e seus preparadores. A relevância e a crescente dinâmica por informações aceitáveis e seguras exigem uma maior qualidade nos serviços prestados pelos auditores (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2011).

O conjunto de relatórios contábeis é base para uma ampla extensão da análise empresarial e é utilizado como meio importante para a administração comunicar o desempenho da empresa e o mecanismo de governança aos investidores, com o objetivo de verificar se as demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelos órgãos reguladores e se representam, em todos os aspectos relevantes, a realidade econômica da firma, e se, que foram auditadas por auditores independentes (PALEPU et al., 2004).

A crescente dinâmica por informações mais oportunas e seguras vem, conseqüentemente, exigindo maior qualidade nos serviços realizados pelos auditores. Os escândalos incorridos na última década, envolvendo grandes corporações mundiais apoiadas por omissões ou baixa qualidade nos serviços da auditoria envolvendo as empresas

denominadas de *Big Five* (atualmente, *Four*), conduz ao questionamento sobre a alta qualidade, teoricamente, presumida das grandes empresas de auditoria (FIRMINO; DAMASCENA; PAULO, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo proposto foi realizada pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e com abordagem quantitativa.

Inicialmente, foi analisada a Responsabilidade Socioambiental, por meio do constructo desenvolvido a partir das recomendações da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão 4 (G4), composto por 58 indicadores de desempenho de padrões geral, divididos em sete dimensões: estratégia e análise, perfil organizacional, aspectos materiais identificados e limites, engajamento de stakeholders, perfil do relatório, governança e ética e integridade; e composto por 150 indicadores de desempenho de padrões específicos, divididos em três dimensões: econômica, ambiental e social.

O índice de evidenciação foi elaborado a partir da relação entre o número de itens evidenciados e o número total de itens previstos no modelo GRI. A coleta se deu por meio da análise de conteúdo nos relatórios de sustentabilidade disponíveis no site das empresas, relativos ao exercício de 2016. A amostra investigada compreendeu 445 companhias listadas na Bolsa, Bolsa, Balcão (B3).

Os dados referentes a auditoria foram coletados manualmente, no Formulário de Referência, na Seção 2 – Auditores independentes e na Seção 12.7 – Composição dos comitês. Os dados foram analisados utilizando-se as técnicas da estatística descritiva, correlação de Pearson e teste de Levene.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e análise dos dados. Inicialmente apresentam-se as estatísticas descritivas do índice de responsabilidade socioambiental das companhias listadas na Bolsa Brasil Balcão (B3) que compreendem a amostra. Em seguida, apresentam-se os totais de companhias que eram auditadas por *big fours*, os totais de companhias que possuíam comitês de auditoria e os tamanhos dos comitês. Por fim, apresentam-se os resultados da correlação de Pearson e do teste de Levene que possibilitaram alcançar o objetivo do estudo.

Na Tabela 1 apresentam-se as estatísticas descritivas do índice de responsabilidade socioambiental das empresas da amostra:

Tabela 1 - Estatística descritiva do índice de responsabilidade socioambiental das empresas da amostra

INDICADORES	Amostra	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Estratégia e análise	445	0,00	100	14,16	33,75
Perfil organizacional	445	0,00	100	15,47	35,98
Aspectos materiais identificados e limites	445	0,00	100	15,38	35,79
Engajamento dos <i>stakeholders</i>	445	0,00	100	15,56	36,23
Perfil do relatório	445	0,00	100	15,62	36,23
Governança	445	0,00	100	9,86	28,40
Ética e integridade	445	0,00	100	12,51	31,41
Forma de gestão	445	0,00	100	13,71	34,43
Econômica	445	0,00	100	11,24	28,73
Ambiental	445	0,00	100	10,07	27,02
Social	445	0,00	100	11,70	29,28

Práticas trabalhista	445	0,00	100	10,49	29,08
Direitos humanos	445	0,00	92	8,76	25,27
Sociedade	445	0,00	100	10,66	27,76
Responsabilidade pelo produto	445	0,00	100	10,31	27,96
ÍNDICE GERAL	445	0,00	100	11,52	28,48

Fonte: Dados da pesquisa.

Constata-se que, dentre a amostra o percentual de divulgação por parte das empresas em relação ao GRI é baixo, pois em nenhuma dimensão apurada o percentual passou dos 20%. Destacamos o menor percentual de divulgação de 8,76% na dimensão “Direitos humanos” e o maior percentual de divulgação ficou por conta da dimensão “Perfil do relatório” com 15,62% da amostra.

Na Tabela 2 apresentamos o total de companhias auditadas por big four:

Tabela 2 - Total de companhias auditadas por big four

Descrição	Totais
Total de empresas da amostra	445
Total de companhias auditadas por big four	313
Percentual de companhias auditadas por big four	70

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que dentre as 445 empresas pesquisadas, 335 empresas que são auditadas por big four, constatando um percentual de 70%, um resultado significativo para o estudo. Na Tabela 3 verifica-se o total de companhias com comitê de auditoria:

Tabela 3 - Total de companhias com comitê de auditoria

Descrição	Totais
Total de empresas da amostra	445
"Total" de companhias com comitê de auditoria	128
"Percentual" de companhias com comitê de auditoria	29

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que dentre todas as companhias familiares, apenas 29% destas contem em sua administração comitê de auditoria, as quais não dão tanta importância para este quesito.

Na Tabela 4 apresentamos a estatística descritiva do tamanho do comitê de auditoria das companhias familiares contidos na B3:

Tabela 4 – Estatística descritiva do tamanho do comitê de auditoria das companhias da amostra

Descrição	Totais
Total de companhias com comitê de auditoria	128
Tamanho Mínimo	1,00
Tamanho Máximo	8,00
Tamanho Médio	3,27
Desvio padrão	1,23

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando as 128 companhias das quais contém comitê de auditoria, verificamos que uma pessoa fazendo parte do comitê é o mínimo encontrado e o máximo encontrado foi de oito pessoas fazendo parte do comitê de auditoria, constando uma média de 3,27 pessoas por comitê de auditoria e um desvio padrão de 1,23 pessoas, considerando assim, uma diferença considerável entre o mínimo e o máximo, para os integrantes do comitê de auditoria por empresa.

A Tabela 5 a qual demonstra a correlação entre responsabilidade socioambiental e auditoria:

Tabela 5 – Correlação entre responsabilidade socioambiental e auditoria

<i>Variáveis</i>	<i>Ind_Evid</i>	<i>BigFour</i>	Com_Auditoria	Tam_Comite
Ind_Evid	1			
BigFour	-0,05	1,00		
Com_Auditoria	-0,03	0,32*	1	
Tam_Comite	-0,01	0,30*	0,91*	1

*** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%;

Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 5 que a correlação entre responsabilidade socioambiental e auditoria demonstra que a relação entre uma companhia ser auditada por big four e possuir maior responsabilidade socioambiental é de apenas 5%. A relação entre existir comitê de auditoria na empresa e haver maior responsabilidade socioambiental é de apenas 3%. A relação entre o tamanho do comitê de auditoria ser maior e haver maior responsabilidade socioambiental é negativa de 1%.

A Tabela 6 indica os resultados do teste *t* para verificar a existência de diferenças significativas entre as empresas com distintas características de auditoria. Para executar o teste, as empresas foram agrupadas em três simulações: (i) empresas auditadas por big four (grupo 1) em comparação com as demais (grupo 2); (ii) empresas que possuem comitê de auditoria (grupo 1) em comparação com as demais (grupo 2); (iii) empresas que possuem três ou mais membros no comitê (grupo 1) em comparação com as demais (grupo 2);

Tabela 6 – Teste t para igualdade de médias

Estatística de grupo		N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média			
Big_four	1	313	0,1502	0,3188	0,0180			
	2	132	0,0321	0,1514	0,0132			
Com_auditoria	1	128	0,1654	0,3342	0,0295			
	2	317	0,0949	0,2600	0,0146			
Tam_Comite	1	110	0,1796	0,3529	0,0336			
	2	335	0,0940	0,2556	0,0140			
Teste de amostra independentes				Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para igualdade de médias		
				F	Sig.	t	GL	Sig.
Big_four	Variâncias iguais assumidas			79,547	0,000	4,066	443	0,000
	Variâncias iguais não assumidas					5,291	437	0,000
Com_auditoria	Variâncias iguais assumidas			19,314	0,000	2,377	443	0,018
	Variâncias iguais não assumidas					2,140	192	0,034
Tam_comitê	Variâncias iguais assumidas			26,818	0,000	2,756	443	0,006
	Variâncias iguais não assumidas					2,350	148	0,020

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 6 indicam que as empresas auditadas por grandes empresas de auditoria (*big four*), apresentaram níveis mais elevados de evidenciação socioambiental de suas contrapartes (estatística de grupo). O teste de Levene indica que devem ser consideradas as variâncias iguais não assumidas e o teste *t* confirma que as diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas ao nível de 1%

As empresas que possuem comitê de auditoria apresentaram níveis mais elevados de evidência socioambiental de suas contrapartes (estatística de grupo). O teste de Levene indica que devem ser consideradas as variâncias iguais não assumidas e o teste *t* confirma que as diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas ao nível de 5%

As empresas que possuem comitê de auditoria com três membros ou mais apresentaram níveis mais elevados de evidência socioambiental de suas contrapartes (estatística de grupo). O teste de Levene indica que devem ser consideradas as variâncias iguais não assumidas e o teste *t* confirma que as diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas ao nível de 5%.

Os resultados confirmam que as características de auditoria influenciam significativamente no nível de evidência socioambiental das empresas de capital aberto que negociam na B3.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo do estudo foi verificar a influência da qualidade da auditoria na responsabilidade socioambiental das companhias abertas listadas na B3. Para tal, realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa em uma amostra composta por 445 companhias listadas na B3 que possuíam dados disponíveis.

Os resultados demonstraram que a presença de comitê de auditoria nas empresas, bem como a quantidade de membros não possui relação com a responsabilidade socioambiental das empresas.

Neste sentido, surge a necessidade de averiguação em demais amostras e períodos, a fim de se verificar outras possíveis considerações acerca da real relação da responsabilidade socioambiental em empresas listadas na B3.

Por fim, pode-se sugerir como pesquisas futuras a ampliação da amostra de empresas e avaliação de outros atributos da qualidade da auditoria e também da qualidade das informações contábeis, tais como gerenciamento de resultados, *value relevance*, entre outros. Outras formas de estimativas estatísticas também seriam relevantes para apurar de forma mais adequada os parâmetros dos modelos nas pesquisas que versam sobre a auditoria versus responsabilidade socioambiental. Além disso, utilizar-se de outros métodos de coleta de dados, tais como, questionários e entrevistas com analistas, auditores e profissionais envolvidos com o trabalho de auditoria, para verificar em que esses profissionais contribuem para a melhor qualidade das informações.

Espera-se que esta pesquisa contribua para a melhor compreensão dos diversos fatores que afetam a qualidade da auditoria, bem como o relacionamento desses com a responsabilidade socioambiental nas empresas. Espera-se também que, de alguma forma, este trabalho auxilie o desenvolvimento dos novos estudos sobre as características das informações disponibilizadas pelas empresas em relação a responsabilidade socioambiental e da qualidade da auditoria no Brasil.

A fidedignidade das informações divulgadas é fundamental para que as demonstrações contábeis cumpram a função que se destinam, ou seja, gerar informações úteis para tomada de decisões.

A realização de auditoria independente e conseqüentemente a emissão de seu relatório de opinião, concedem às demonstrações contábeis maior credibilidade quanto ao conteúdo apresentado, considerando que a expectativa dos investidores quanto ao desempenho futuro das empresas está relacionada com a interpretação das demonstrações contábeis/financeiras,

da qual o relatório de auditoria é parte integrante por exigência legal (PEREIRA; SOUSA; SILVA, 2017).

Espera-se que o estudo possa contribuir para o aumento de conhecimento sobre o tema, em destaque na atualidade, seja pelos esforços de normatização mundial do relatório de sustentabilidade GRI, ou até mesmo pela preocupação espontânea e voluntária em relação ao tema, o que demonstra que o paradigma em relação ao meio ambiente, sustentabilidade ou mesmo responsabilidade ambiental está sendo quebrado, otimizando/melhorando a visão futura para o nosso planeta.

REFERÊNCIAS

Almeida-Santos, P. S., de Vargas, A. J., Mendes Almeida, D., & Facin Lavarda, C. E. (2012). Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9 (18), p. 62-83.

Araújo, R. M., Cappelli, C. A. & Leite, J. C. S. P. (2010). A importância de um modelo de estágios para avaliar transparência. *Revista TCMRJ*, 1 (45), p. 97-103.

Bazani, C. L. & Leal, E. A. (2014). Nível de Evidenciação das Informações Contábeis Ambientais e o Grau de Aderência Aos Indicadores GRI: um estudo comparativo com empresas de três segmentos. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, 6 (2), p. 89-108.

Bessa, A. Q. (2011). A credibilidade e a eficiência dos órgãos fiscalizadores no mercado financeiro: estudo de caso acerca da fraude do Banco PanAmericano. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 1 (6), p. 1-30.

Brandt, V. A. (2011). A auditoria e a função do auditor. *Registro Contábil*, 2 (1), p. 41-54.

Braga, J. P., & Salotti, B. M. (2008). Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*. São Paulo, SP, Brasil, (5).

Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Calixto, L. (2011). *Responsabilidade socioambiental: a divulgação de relatórios na América Latina* (Tese de Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Cappelli, C. (2009). *Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Cappelli, C., Engiel, P., Leite, J. C. S. P., Nunes, V., Tanaka, A., Araujo, R. M., Gleison, S. & Benjamim, Z., Moraes, M. (2013). Construção do Modelo de Maturidade em Transparência

Organizacional. *Anais do WTRANS13-Workshop de Transparência em Sistemas*, 13, Brasília, DF, Brasil.

Martini Jr, L. C., Silva, E. R. & Mattos, U. A. O. (2014). Análise da Transparência Corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade com base na Global Reporting Initiative de Empresas do Setor Brasileiro de Energia Elétrica. *Sistemas & Gestão*, 9 (1), p. 34-46.

Diirr, B., Araujo, R. & Cappelli, C. (2011). Conversas sobre serviços públicos. *Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação (SBSI)*.

Dyllick, T. & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business strategy and the environment*, 11 (2), p. 130-141.

Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the triple bottom line of twenty-first century business*. Capstone.

Ferreira, A. C. S. (2003). Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. In: *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*.

Firmino, J. E., Damascena, L. G. & Paulo, E. (2011). Qualidade da auditoria no Brasil: Um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5 (3), p. 40-50.

Global Reporting Initiative (GRI). (2015). Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade: 2015, disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. (Acesso em 26 de janeiro de 2018).

Hahn, R. (2011). Integrating corporate responsibility and sustainable development: A normative-conceptual approach to holistic management thinking. *Journal of Global Responsibility*, 2 (1), p. 8-22.

Soares Junior, F. V. D., Pereira, G. M., Silva, G. T. M., Pavão, L. C. A. & Silva, L. A. C. (2017). Auditoria Independente: Uma Observação de sua Importância. *Caminhos e Descaminhos da Administração*, 1 (1), p. 1-420.

Lopes, A. B. & Iudícibus, S. (2004). *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas, p. 233-273.

Marques, J. C. & Brondani, R. F. (2015). Transparência ou Estratégia de Marketing: Uma Análise dos Relatórios de Sustentabilidade de 2012 e 2013 Publicados pelo Corinthians. *Podium*, v. 4, n. 3, p. 197.

Meinert, M. H. (2008). *Estudo sobre a confiança dos stakeholders nas informações não-financeiras dos relatórios de sustentabilidade das empresas* (Dissertação de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil.

Naime, R. & Bauer, M. (2012). Estado da arte da evidenciação social e ambiental voluntária. *REVISTA REUNIR*, 2 (2), p. 39-60.

Nogueira, E. P. & Faria, A. C. (2012). Sustentabilidade nos Principais Bancos Brasileiros: Uma Análise Sob a Ótica da Global Reporting Initiative. *Revista Universo Contábil*, 8 (4), p. 119-139.

Oliveira, J. (2008). *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Mota, M. O., Mazza, A. C. A. & Oliveira, F. C. (2013). Uma Análise dos Relatórios de Sustentabilidade no Âmbito Ambiental do Brasil: Sustentabilidade ou Camuflagem?. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 10 (1), p. 68-80.

Oliveira, M. M. (2006). Associativismo e cooperativismo no desenvolvimento local. *TAUK SANTOS, Maria Salett, CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Bagaço*, p. 153-184.

Oliveira, M. A. S., Campos, L. M. S., Sehnem, S. & Rossetto, A. M. (2014). Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI), uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. *Production*, 24 (2), p. 392-404.

Palepu, K. G. & Healy, P. M. (2004). *Business analysis & valuation: using financial statements* Mason: South-Western.

Pereira, S. J., de Sousa, M. A. B., & Silva, I. F. N. (2017). A assimetria informacional e os relatórios de auditoria: análise das empresas listadas na Bm&fbovespa no segmento médico hospitalar. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, Brasil, (noviembre 2017). En línea: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/2017/segmento-medico-hospitalar.html>.

Razzolini Filho, E. & Berté, R. (2009). O reverso da logística e as questões ambientais no Brasil. *Curitiba: Ibplex*.

Rover, S., Borba, J. A., Murcia, F. D. R. & Vicente, E. F. R. (2008). Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2 (3), p. 53.

Sampaio, M. S., Gomes, S. M. S., Bruni, A. L. & Dias Filho, J. M. (2012). Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um Estudo Com Mineradoras Brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 8 (1), p. 105-122.

Silva, G., Mazzioni, S. & Fernandes, F. C. (2015). Gestão de riscos e sustentabilidade na indústria de transformação. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 6 (1), p. 157-171.

Tachizawa, T. (2010). *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas.

Tinoco, J. E. P. (2008). *Balço Social e o relatório da sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.

Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1983). Agency problems, auditing, and the theory of the firm: Some evidence. *The Journal of Law and Economics*, 26 (3), p. 613-633.

Weil, D., Graham, M. & Fung, A. (2013). Targeting transparency. *Science*, 340 (6139), p. 1410-1411.

Zagonov, M. (2011). Audit quality and bank risk under heterogeneous regulations. *In: Proceedings of the European Accounting Association, Annual Meeting*.